

**MAPEAMENTO DOS CRIMES DE ÓDIO CONTRA LGBT: UMA
LEITURA SOCIOESPACIAL DA VIOLÊNCIA ENTRE OS ANOS DE
2017 E 2018¹**

Wilians Ventura Ferreira Souza

orcid.org/0000-0002-6166-0059
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: wiliansventura98@gmail.com

Carlos Alberto Feliciano

orcid.org/0000-0003-1682-7996
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: carlos.feliciano@unesp.br

DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7283

Resumo

O presente artigo tem por objetivo realizar uma leitura socioespacial dos dados existentes referentes a violência lúgubre e fatídica praticada e direcionada a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais) brasileira, que cresce a cada ano, atingindo as mais variadas camadas da sociedade, classificadas e intituladas pelos Movimentos Sociais, sobretudo, o Movimento LGBT, como “crimes de ódio”. Interpelaremos as formas/conteúdos da (s) violência/violências que perpassam a violação dos direitos básicos a qualquer cidadão, como acesso à saúde, educação, trabalho, mas, principalmente, o direito à vida. Dentro da classificação adotada pelos militantes do Movimento LGBT brasileiro categorizadas como “crimes de ódio”, buscamos realizar um diálogo entre espaço-corpo, heteronormatividade e corporeidades assumidas por sujeitos LGBTs. Portanto, não falaremos somente da violência explícita nas armas de fogo, nos socos, chutes e facadas, mas também da violência escondida, silenciosa e velada, que nega a essas pessoas o direito ao espaço.

Palavras-chave: Socioespacial, Violência, LGBT, Crimes de ódio.

**MAPPING OF HATE CRIMES AGAINST LGBT: A SOCIO-SPEECH
READING OF VIOLENCE BETWEEN THE YEARS OF 2017 AND 2018**

Abstract

The objective of this article is to carry out a social and spatial reading of the existing data concerning the grim and fateful violence practiced and directed to the Brazilian LGBT population (lesbian, gay, bisexual, transvestite and transsexual), which grows every year, reaching the most diverse strata of society, classified and labeled by the Social Movements, especially the LGBT Movement, as "hate crimes." We will question the forms / contents of violence / violence that perpass the violation of the basic rights of any citizen, such as access to health, education, work, but, above all, the right to life. Within the classification adopted by the militants of the Brazilian LGBT Movement categorized as "hate crimes", we seek to carry out a dialogue between space-body,

¹ O presente trabalho possui apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através do financiamento na modalidade de iniciação científica com o projeto intitulado “A PRODUÇÃO E DISPUTA PELO ESPAÇO A PARTIR DO CORPO: luta e formação do movimento LGBT de Presidente Prudente”

heteronormativity and corporations assumed by LGBT subjects. Therefore, we will not only speak of explicit violence in firearms, punches, punches and stab wounds, but also of "hidden", silent and veiled violence, which denies these people the right to space.

Keywords: Socio-spatial, Violence, LGBT, Hate Crimes.

COMPRENDIENDO LOS CRÍMENES DE ODIOS CONTRA LGBT: UNA LECTURA DE LA VIOLENCIA SOCIO-ESPACIAL ENTRE 2017 A 2018

Resumen

El objetivo de este artículo es realizar una lectura socio-espacial de los datos existentes sobre la triste y fatídica violencia practicada y dirigida a la población LGBT brasileña (lesbiana, gay, bisexual, travesti y transgénero) que crece cada año, llegando a los más diversos niveles de la sociedad. , clasificado y titulado por los Movimientos Sociales, especialmente el Movimiento LGBT, como "crímenes de odio". Desafiaremos las formas / contenidos de violencia / violencia que impregnan la violación de los derechos básicos de cualquier ciudadano, como el acceso a la salud, la educación, el trabajo, pero especialmente el derecho a la vida. Dentro de la clasificación adoptada por los activistas del Movimiento LGBT brasileño categorizados como "crímenes de odio", buscamos llevar a cabo un diálogo entre el espacio corporal, la heteronormatividad y las corporalidad asumidas por los sujetos LGBT. Por lo tanto, no solo hablaremos sobre violencia explícita en armas de fuego, golpes, patadas y puñaladas, sino también sobre violencia oculta, silenciosa y velada, que niega a estas personas el derecho al espacio.

Palabras clave: Socioespacial, Violencia, LGBT, Crímenes de odio.

Introdução

O presente artigo tem como principal objetivo realizar uma leitura socioespacial dos dados existentes referentes a violência letal praticada contra sujeitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais) brasileiros, evidenciando um aumento no número de casos de violência, pulverizados nas mais diferentes camadas da sociedade, classificadas e lidas pelos Movimentos Sociais, especialmente, o Movimento LGBT brasileiro, como “crimes de ódio”, já que estes ratificam um processo de brutalização desses corpos, subjetividades e vidas.

Para uma melhor compreensão do texto, adotamos a sigla LGBT (significando Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Transexuais), que designa um coletivo de sujeitos genericamente concentrados dentro da categoria maior “diversidade sexual”, mas como aponta Nogueira et al, (2018, p. 9), “essa diversidade, no entanto, envolve a população homossexual, bissexual e heterossexual”.

O processo de pesquisa inclui diferentes instrumentos, etapas e momentos de reflexão, como também a análise e compreensão, seja do objeto de estudo ou até mesmo no momento de leitura de dados e informações relacionados à temática que se investiga.

Os autores da obra *Pesquisa Social* alertam que “a única maneira de aprender a pesquisar é fazendo uma pesquisa” (RICHARDSON, 2012, p. 15). Pesquisar é construir uma investigação de uma história real e concreta, que acontece no palco da vida, dos conflitos, das produções, das desigualdades, isto é, no espaço. As histórias ganham um significado e uma melhor apreensão que pode nos levar a diferentes problemáticas, mudanças de metodologias, construção de ideias coerentes com o tema estudado e a busca pela solução dos diferentes desafios que, possivelmente, surgiram ou surgirão durante o processo de construção científica.

Vivemos numa sociedade em que as normas são baseadas em leis onde o “mais forte vence o mais fraco”, onde o corpo é construído sobre a égide do capitalismo, sobre o conceito de perfeição (mas afinal, o que é perfeição?), quem em algum momento da história disse e determinou que um corpo, sexualidade ou gênero fosse considerado o mais forte, o mais belo ou o normal?

As questões que envolvem corpo, sexualidade e gênero, são perpetradas pela luta diária de sujeitos que há tempos foram silenciados pelo preconceito, pela violência e descaso. Assim, falar de corpos LGBTs, é falar de sexualidades que subvertem a heteronormatividade, é o ato de ir contra essa norma, é demonstrar que existem outras formas de viver, sentir e de se materializar no espaço, visto que ele é socialmente produzido e socialmente disputado.

Como aponta Molina (2011, p. 950), “ser homossexual, traz à tona a revolução dos tempos, sentimentos e sonhos de milhares de pessoas. Portanto, retrataremos uma pequena parcela dessa luta, que incansável, dedica-se a grande revolução do amor”.

A materialização da violência contra sujeitos LGBTs, é realizada através da construção de diferentes etapas, formas e intensidades e estão contidas no ato da violência, que pode ser expressa ou estar contida em olhares de desprezo, desconfiança e ódio. Também pode estar representada pela violência institucional como a falta do acesso à saúde, educação e trabalho. No entanto, trataremos aqui da violência explícita nos corpos, violência que mata e nega a esses sujeitos o direito ao espaço, o direito à vida, ao mesmo tempo em que esses sujeitos são emersos num contexto marcado pela violência, brutalização e estigma, vemos surgir diferentes expressões que resistem a esse tempo marcado pelo preconceito e intolerância, são corpos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros que apresentam uma outra proposta, esta por sua vez heterogênea e plural.

A violência imposta a esses corpos ocorre em um determinado espaço social, nele as disputas e narrativas se chocam/batem/cruzam e se transformam em disputas socioespaciais e socioterritoriais que vão desde a dominação/ocupação daquele espaço o transformando em atos políticos, até a exibição de corpos considerados pela lógica heteronormativa como “transgressores”. A Parada LGBT é um exemplo de disputa socioespacial, provocando a tal “ordem” expressa no discurso heteronormativo.

Mediante a essa violência imposta e cruel, identificamos que o espaço social é produzido de forma desigual, os LGBTs, que historicamente ocuparam os “guetos”, identificados a partir das redes de sociabilidade, também outros espaços como praias, zonas de prostituição, hotéis, espaços de pegação, entre outros, onde eram socialmente aceitos e menos violados, já que a maioria dos espaços se apresentavam como agressivos e não permitiam o fluxo de corpos LGBTs, ou corpos que não possuíam características contidas e expressas no padrão heteronormativo ou que fugiam das práticas sociais, culturais e de crenças baseadas na heterossexualidade e cisgeneridade. As produções de Silva e Ferreira (2017) e Costa (2007; 2012) estabelecem um diálogo relevante em torno dos papéis desempenhados pelos corpos, suas expressões e os seus propósitos, elementos que estabelecem um diálogo com as suas identidades. Costa (2012, p. 262) aponta que “a identidade une e representa um conjunto de sujeitos que se apresentam como uma parcela importante de certa população, mesmo que determina como minoria, como estigmatiza e/ou marginalizada”.

Os (as) autores (as) como Facchini (2003), Molina (2011), Conde (2003) e Macrae (1992), foram essenciais para a leitura realizada em torno da história do Movimento LGBT brasileiro e dos sujeitos que compõem os movimentos. Ressaltamos, especialmente, a importância da dissertação de Facchini (2003), intitulada “*Sopa de Letrinhas? – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*”, em que realiza uma leitura histórica muito precisa e rica em detalhes em torno da construção das coletividades de determinados sujeitos do movimento, da ação coletiva, do movimento homossexual e das lutas por visibilidade e respeito, materializadas, principalmente, através de mudanças nas dinâmicas espaciais das cidades que inicialmente receberam os primeiros protestos e as Paradas do Orgulho Gay (hoje identificadas como Paradas LGBT/LGBTQI/LGBTQI+ ou simplesmente Paradas do Orgulho).

O processo de estigmatização desempenhado contra esses sujeitos provocam ações e agrupamento de forças coletivas, que comumente se manifestam através dos movimentos sociais/movimentos socioespaciais organizados.

Esses sujeitos que vivem processos de exclusão não satisfeitos com a condição que lhes fora imposto, se organizam enquanto atores políticos na busca pela disputa daquilo que certamente corresponde a sua sobrevivência.

A disputa política evidenciada pelas manifestações em diferentes espaços da cidade e até mesmo a utilização de seus próprios corpos como sinônimo de luta, afirmando, “meu corpo é meu território”, nos traz importantes reflexões em torno dos conceitos clássicos da geografia, tidos como categorias de análise, como espaço e território.

Para iniciar a discussão

Iniciamos este tópico reconhecendo a importância de alguns trabalhos que precedem e possibilitam a construção de novas geografias, que por sua vez se apresentam de forma mais diversa e colorida no cenário geográfico brasileiro atual. Os estudos de gênero e sexualidades surgem no âmago da geografia brasileira a partir dos anos de 1990, como aponta Silva, Ornat e Junior (2016, p. 9) “em que 2003 surge em Ponta Grossa, Paraná, o Grupo de Estudos Territoriais (Gete), sob a liderança da geógrafa feminista Joseli Maria da Silva e seus companheiros de pesquisa”. Este grupo potencializou o surgimento de um debate seguro e pioneiro dentro da geografia brasileira. Nasce novos olhares, novos saberes, novas vivências e novas geografias, estas pautadas em discussões em torno do gênero e sexualidades.

Em pleno final da segunda década do século XXI, ainda vivemos a discriminação contra mulheres, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais. A violência marca os espaços, tornando tais grupos sociais vítimas de assassinatos. Não importa a escala espacial, o sofrimento diário faz parte da sua vivência: em casa, no trabalho, nos locais de lazer, nas ruas e em qualquer outro espaço público. (SILVA; ORNAT; JUNIOR, 2016, p. 9).

A construção do saber geográfico ancorado em seus conceitos bases, também passou e trilhou diferentes caminhos, etapas e métodos, cada um deles, dialogando intrinsecamente com o tempo, isto é, com o tempo histórico em que foram desenvolvidas, discutidas e superadas.

A adoção de novos temas emergentes na geografia, como feminismo, sexualidade, gênero, raça, entre outros, produziu e continua produzindo um movimento em direção ao

fazer geográfico em torno destas temáticas tão caras e esquecidas no círculo da história. A partir desse movimento, é necessário a busca incessante por formas de compreender e ler esses sujeitos da mudança. É evidente que Milton Santos já faz parte da vida de todos nós, geógrafos (as), está presente na construção de pesquisas, discussões e novas teorias, alicerça o pensamento geográfico brasileiro, imprime sua marca em nosso olhar sobre o espaço geográfico, ao mesmo tempo, buscamos novas possibilidades, novas leituras e olhares para diferentes processos que ainda carecem de estudos e interpretações geográficas.

A profunda mudança ocorrida nas últimas décadas com a consolidação de conquistas sociais, representada pela constituição de 1988, possibilitou uma aproximação cada vez mais potente e legítima com as desigualdades presentes em nosso país, compreendidas por nós, pela luta de classes, tão evidente e presente nos espaços. No entanto, como aponta Silva, Ornat e Junior (2016, p. 9) “a classe não era a única identidade que promovia os processos reivindicatórios pela cidade”, as intersecções se fazem presentes em diferentes espaços da cidade, representadas pela participação de mulheres, LGBTs, negros e negras, etc.

O questionamento exposto por Silva, Ornat e Junior (2016), dedica-se em mostrar um novo caminho para as problemáticas atuais e que devem ser enfrentadas por nós, geógrafos(as). O saber teórico tradicional em conflito com as novas possibilidades de leitura e análise, careceu de uma transformação. Os autores indagam: quais eram as geografias produzidas por elas que traziam elementos tão distintos de nossa tradição epistemológica?

Um dos debates mais polêmicos em torno das lutas pautadas por movimentos como: feministas, LGBTs, antirracistas, ambientalistas, etc. é de que esses movimentos estariam propondo ou realizando uma fragmentação que prejudica a luta maior, isto é, a luta de classes. Diante do exposto, podemos identificar uma outra leitura, uma outra possibilidade.

Os movimentos sociais pautados na luta contra o racismo, o heterossexismo, o sexismo e a xenofobia não podem ser vistos como fragmentadores da possibilidade de reivindicação por justiça, mas devem ser considerados como aliados à luta de classe. Para ela, é socialmente contraproducente alegar que esses movimentos retiram o foco central da luta contra o capital, em função de uma pretensa fragmentação reivindicatória. (SILVA; ORNAT; JUNIOR, 2016, p. 24).

Neste sentido, ao realizarmos reflexões e construções em torno destas temáticas que se apresentam de forma emergente, devemos nos aproximar de geógrafos(as) que tem

buscado dialogar com esses novos temas, criando através de relevantes esforços uma ampla rede de discussão que intersecciona diferentes temas, aplicando sobre eles um olhar geográfico, como também uma compreensão real e entendimento claro em torno dos conceitos de espaço, corpo e território.

Desta forma o espaço deve tomar posição importante na construção do saber geográfico, ressaltamos que há pouco, em meados da década de 1970, o espaço começa a ganhar uma discussão mais afinada dentro da geografia brasileira. Milton Santos contribui no avanço da discussão em torno do conceito de espaço, o apontando como importante objeto da geografia, além de insistir na união do espaço e do tempo, o definindo como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p. 118).

A discussão aqui realizada, não busca maximizar e discutir os trabalhos recentes e atuais em torno da afirmação de que o corpo é um espaço ou um território, mas sim, da sua natureza relacional, ao mesmo que devemos reconhecer as diferentes leituras já realizadas em torno da compreensão do corpo como espaço, cidade-corpo, corpo-saúde, corpo e cultura, que estabelecem uma relação relevante em torno dos conceitos de espaço e território.

Para essa discussão evidenciamos o trabalho de Ornat (2008), que a partir da aproximação com um grupo de travestis e as suas práticas espaciais, evidencia diferentes processos, compreendo o espaço não apenas como um receptáculo, mas como condição necessária de sobrevivência para os sujeitos que nele estão. Os corpos se apresentam e estão carregados de símbolos e se constituem a partir de diferentes discursos e, logo, recebe um atestado direcionado para um dos sexos, mas como aponta Ornat (2008, p. 56) “se o sexo é bipolar, a composição espacial e temporal relativa à linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo é aberta a infindáveis configurações todas constringidas pela heteronormatividade”.

Ainda nessa discussão, Rodrigues (2012) expressa os diferentes processos que ocorrem a partir dos diferentes símbolos e práticas discursivas que confrontam um sistema marcado pela heteronormatividade, isto é, um sistema hegemônico, que é imposto como norma a todas as outras sexualidades. A partir da exposição da hegemonia desempenhada pela heteronormatividade evidencia como os corpos que não se encaixam em um padrão binário e heteronormativo se sustentam e vivem seu cotidiano na cidade de Santiago de Chile. O autor ainda traz uma reflexão em torno do processo transexualizador e aponta que “dentro de este processo transexualizador se generan batallas, internas y externas, cirugías y

hormonas, batallas legales, câmbios de nombre y técnicas de sobrevivências” (RODRIGUES, 2012, p. 15).

Ainda nessa rica exposição em torno da compreensão do corpo e seu processo relacional, trazemos para enriquecer o debate a dissertação de Costa (2007), que compreende o espaço a partir dos seus movimentos dialéticos, que é evidenciada a partir de elementos duais como a repressão e a ordem, partindo, portanto, para a compreensão das microterritorialidades urbanas, da interação do corpo no espaço, principalmente, do desejo homossexual e do ser homossexual na cidade. Ele expõe que “essas interações territorializadas são produtos dialéticos de inúmeros atributos que possam afastar-se tanto quanto convergir para padrões de uma pretensa sociedade de padronizações morais e racionais que não se completou” (COSTA, 2007, p. 25)

Pedroso e Guimarães (2017) realizam uma reflexão em torno do processo de recrudescimento do HIV/AIDS na camada jovem da população de Presidente Prudente-SP, através de uma rica leitura em torno da espacialidade desses jovens, além da compreensão do corpo no espaço urbano a partir da oralidade dos sujeitos entrevistados, Pedroso e Guimarães (2017, p. 28) tentam compreender o corpo com HIV/AIDS no espaço e propõem que devemos pensar “o corpo no espaço urbano não apenas no viés unidirecional relação ao processo de saúde-doença, pelo contrário propomo-nos a entender o processo a partir das relações intrínsecas que são estabelecidas pelo corpo em suas diversas escalas”.

O corpo como apresentado por Silva e Ferreira (2017) é biológico e social, onde se materializa um conjunto de sentimentos e emoções. Ele é um instrumento que sente os espaços, por ele entramos, os reflexos do nosso pensamento podem ser percebidos em nossos corpos. O que constrói os corpos? A casa, a escola, a universidade, a igreja, a rua, etc. São espaços, onde existem testamentos contendo normas e regras que ditam a forma, o conteúdo e a intensidade das relações e, que relações devem e podem ser percebidas ali, evidentemente, estamos falando de um espaço marcado por normas heterossexuais, patriarcais e brancas.

Compreendemos o corpo como um importante componente do espaço geográfico, que numa apresentação carregada de símbolos e significados, modifica e é modificado pelas relações espaciais desempenhadas por dinâmicas e práticas espaciais corporificadas e generificadas. Como aponta Barbosa (2017, p. 70) “os corpos são interpretados a partir de

uma aparente naturalização que se objetiva de inúmeras formas, produzindo uma ordem que institui o mundo social”.

Os símbolos presentes nos mais variados corpos são lidos pela sociedade de duas maneiras, como símbolos masculinos e femininos. Portanto, aqueles corpos que fogem do padrão cisheteronormativo, são potenciais vítimas do preconceito, isto é, como um determinado corpo que foge dos padrões heteronormativos modifica ou é modificado a partir da inserção em determinados espaços, quais são os impactos no âmbito político e social, que uma Parada do Orgulho ou manifestação socioespacial em torno de temáticas LGBTs podem provocar?

Realizamos a leitura dos movimentos sociais a partir da concepção adotada por Fernandes (2012) dos conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, trazendo elementos e características geográficas para essa discussão e evidenciando categorias e elementos da geografia, como o espaço e o território. A exemplo, podemos observar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ocupam áreas improdutivas como forma de protesto e reivindicação, ali se territorializam e reivindicam aquele espaço para as famílias que produzem alimentos que vão contra a lógica existente em dado momento histórico, isto é, as grandes extensões de monoculturas, o uso excessivo de agrotóxicos, etc.

O espaço é tido na geografia como uma importante categoria de análise, logo, é relevante estudarmos e aprofundarmos nossos conhecimentos em torno da discussão geográfica do que é espaço. Fazemos isso a partir de uma perspectiva específica, já que quando falamos de espaço, falamos também de uma composicionalidade e multidimensionalidade que está contida na leitura de diferentes autores e, também, na que pretendemos realizar.

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes, a sua utilização não é compreensível porque não se define o espaço do qual está se falando. É assim que o espaço vira uma panaceia. Para evitar equívocos é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços. (FERNANDES, 2012, p. 9).

É importante ressaltarmos que este artigo permeia diferentes abordagens, estas por sua vez realizam leituras sobre corpo, espaço e território, ao mesmo tempo, aplicamos a

abordagem dos conceitos socioespacial e socioterritorial debatida, desenvolvida e amplamente aceita num coletivo de pensamento a partir de trabalhos como o de Pedon (2013), Pedon e Dalpério (2014), Fernandes (2005, 2012), Filho, Silva e Origuéla (2014), que tiveram seu início, principalmente, no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, como também na Rede DATALUTA a partir de uma leitura precisamente geográfica dos movimentos socioterritoriais que se materializam na luta pela terra. Portanto, devemos compreender e apreender as diferentes abordagens em torno do corpo, espaço e território, aceitando os plurais posicionamentos, que por serem diferentes, não estão a margem ou fora do quadro científico.

Nas páginas que seguem evidenciaremos o tema da violência que permeia e penetra da vida desses sujeitos, portanto, a violência contra o corpo LGBT, violência está produzida nos mais variados espaços (político, social, econômico, cultural), surge como apontado anteriormente expresso em formas de punição e aviso de uma norma desempenhada e que predomina em determinados espaços da sociedade.

Que ódio é esse?

A materialização da violência contra a população LGBT não é recente, mas faz parte dessa construção e disputa de narrativas sobre o que é sexualidade. Molina (2011) e Facchini (2003), apontam elementos centrais para entendermos como as consideradas sexualidades “desviantes” foram sendo vencidas, massacradas, violentadas e, mesmo assim, não deixaram de existir, são resistências, que lutam pelas formas plurais de ser existir e, existir sendo.

As autoras pontuam que as primeiras formas de organização contra os ataques e violências surgiram na Europa entre 1850 e 1993 como reação a legislação que criminalizava as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. A Alemanha nazista também criminalizou os sujeitos homossexuais, como aponta Camarotti (2003, p. 954) “outro momento foi na Alemanha de 1933, com o advento do regime nazista, na qual 200 mil homossexuais foram mortos”.

Quando o movimento LGBT surge no Brasil, insere-se no tempo histórico marcado pelo silêncio e pela repressão, elementos que de alguma forma já faziam parte da vida desses sujeitos. E, foi no final da década de 1970 e no início de 1980, num contexto de regime militar, repressão e violência, que os movimentos sociais marcam a história no campo

político, social e cultural, assumindo um protagonismo vívido na busca pela democracia, como também pela cidadania plena e pelos direitos civis.

É evidente que os processos de violação ainda ocorrem e podem ser identificadas pela atuação de grupos conservadores bem organizados e com bases políticas bem consolidadas, como também pela atuação do Estado.

O trabalho exposto por Filho (2016) nos traz algumas contribuições em torno da compreensão do que os movimentos intitulam e caracterizam como “crimes de ódio”. A metodologia de investigação trabalha levando em conta o acompanhamento das atividades do movimento, entrevistas realizadas aos militantes, inquéritos e processos judiciais relacionados com a prática da violência dentre outras etapas que constituem a descrição de dados e conflitos, elementos que expressam brutalidade, violência e também o “inexplicável” número de golpes direcionados às vítimas.

Sobre o corpo de José Renato dos Santos, os peritos contaram 25 facadas. Sobre o de Sandro Almeida Lúcio, 30. Jurandir Leite foi estrangulado. Seu cadáver trazia marcas de luta corporal. Laís Martins sofreu violências sexuais antes de ser assassinada. Seu rosto foi completamente desfigurado por pedradas. Severino Antônio, esfaqueado e estuprado antes da morte, levou um golpe de faca peixeira no ânus. Djalma Matos morreu por espancamento. Teve a face deformada. Carlos de Lima recebeu diversos tiros, antes ou depois da morte. A cabeça de Jeová Albino foi esmagada por uma pedra; disparos de arma de fogo, contudo, causaram o homicídio. Assassinado, Ronaldo Carvalho teve seu pênis decepado. (FILHO, 2016, p. 313).

A utilização da expressão “crimes de ódio” usadas pelo movimento LGBT, interpela uma reflexão profunda acerca da violência que é praticada e espacializada nesses corpos, fazendo-nos compreender como aponta Filho (2016) que não se trata apenas de um ato de violência que ocorre no dia a dia, mas sim, da composição de um cenário que “demoniza” a figura LGBT, atribuindo a sua vida e a seu corpo menos valor em relação a uma vida e um corpo heterossexual e cisgênero.

A brutalização desses corpos evidencia um processo geográfico desigual, mas, principalmente, violento, já que esses sujeitos são vitimados e mortos de forma ferina, com marcas profundas de violência e violação.

Desde o ano de 2008, houve um aumento significativo no número de assassinatos de pessoas LGBTs com base nos relatórios divulgados pelo Grupo Gay da Bahia. No ano de 2008, ocorreram 187 assassinatos, 198 assassinatos em 2009, 260 assassinatos em 2010 (um aumento de 31 % em relação ao ano anterior), 266 assassinatos em 2011, 338

assassinatos em 2012 (aumento de 25 % em relação ao ano anterior), 312 assassinatos em 2013, 326 assassinatos em 2014, 318 assassinatos em 2015, 343 assassinatos em 2016, 445 assassinatos em 2017 (atingindo o maior número de assassinatos da história dos relatórios), e, por fim, 420 assassinatos no ano de 2018.

Procedimentos metodológicos

A partir do exposto, consideramos relevante a leitura socioespacial da violência praticada contra sujeitos LGBTs, através da realização do mapeamento em torno dos dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia expostos nos relatórios intitulados “Quem a homotransfobia matou hoje?”.

Os dados que compõem o relatório fazem parte de um conjunto de esforços desempenhados por movimentos sociais e organizações que contribuem com a divulgação dos assassinatos de pessoas LGBT no formato de notícias.

O Grupo Gay da Bahia realiza a leitura dessas notícias, posteriormente a filtragem das informações que alimentam uma planilha que geralmente contem a data do assassinato, estado, cidade, região metropolitana, nome da vítima, identidade de gênero, orientação sexual, idade, cor, profissão, causa mortis, número de golpes e local do assassinato.

Utilizamos o software Philcarto para realizarmos a criação dos mapas de assassinatos relacionados aos anos de 2017 e 2018. Realizamos a leitura a partir de dois olhares. O primeiro está centrado nos dados/valores e números absolutos de assassinatos evidenciando o número total de sujeitos que foram mortos pela violência imposta aos seus corpos. O segundo olhar está centrado nos dados relativos ao número de assassinatos, já que identificamos que se levássemos em conta somente os dados absolutos os estados que concentram um maior volume populacional quase sempre se destacariam em relação aos outros estados. No entanto, quando relativizamos os dados, temos um valor mais próximo da realidade, destacando o número de assassinatos para cada 1 milhão de habitantes, isto é, o nível de violência e violação que cada estado apresenta.

Mapeamento dos assassinatos de pessoas LGBTs entre os anos de 2017 e 2018

Nesta etapa realizamos o mapeamento dos assassinatos de LGBTs de 2017 a 2019 com a representação de valores absolutos e valores relativos, ressaltamos a importância da leitura dos mapas para a compreensão da espacialização da violência em âmbito nacional. No

entanto, a violência ocorre de diferentes maneiras, daremos ênfase aos dados relacionados a assassinatos, mas não podemos deixar de ressaltar que existem outras formas de violência que percorrem e perpassam a vida desses sujeitos.

No ano de 2017 foram mortos, segundo os dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia, 445 LGBT, vítimas da lesbo-homo-bi-transfobia. Apontam, também, que nunca antes na história de construção dos relatórios relacionados a violência foram notificados tantos crimes de ódio.

A cada 19 horas um LGBT é morto de forma cruel, evidenciando a violência imposta a seus corpos por serem quem são. Como aponta o Grupo Gay da Bahia (2017), “esses números fazem do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais”.

Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT. E o mais preocupante é que tais mortes crescem assustadoramente: de 130 homicídios em 2000, saltou para 260 em 2010 e 445 mortes em 2017. (GRUPO GAY DA BAHIA, 2017, p. 5).

Em cada ano, as organizações analisam os dados e os crimes e prestam homenagem a alguns LGBT que foram assassinados, vítimas da violência. No ano de 2017, um caso que chocou e marcou a todos, foi o caso de Dandara, espancada até a morte por 8 homens, que proferiam palavras como “viado” e “imundiça” enquanto distribuía, socos, chutes e pontapés. Apesar de toda a brutalidade presente no crime, os agressores só foram detidos 18 dias depois do caso.

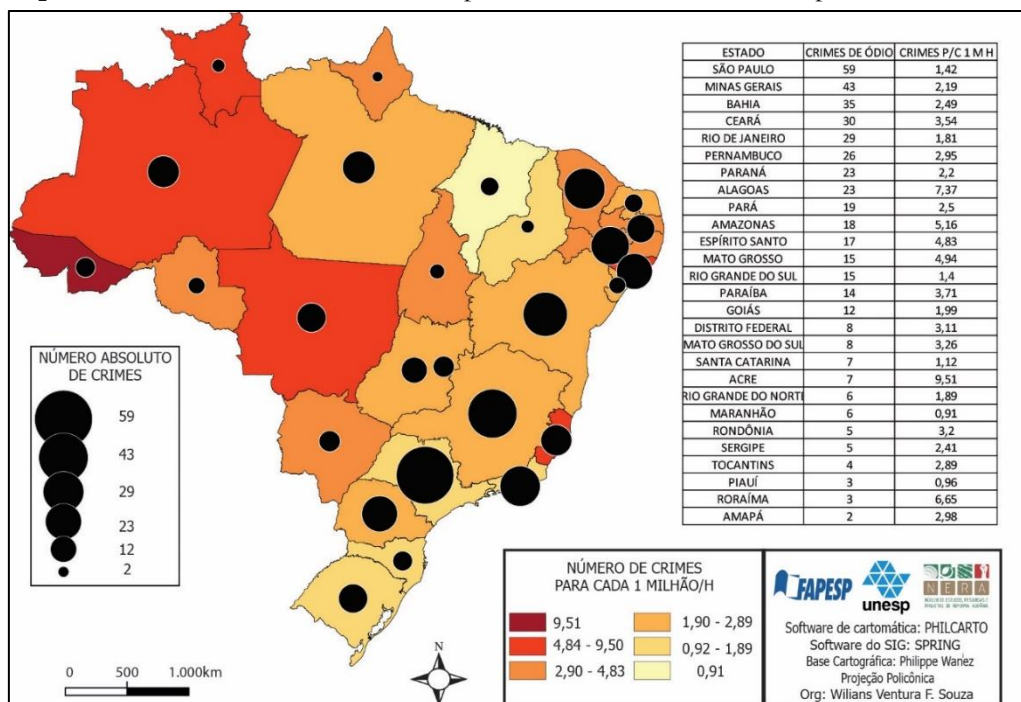
Alguns outros elementos espaciais destacam-se na leitura feita em torno da violência. 37 % das mortes ocorreram dentro da residência das vítimas, 56 % dos crimes de ódio aconteceram na via pública e 6 % em estabelecimentos privados. O grupo, evidencia em seu relatório que via de regra, travestis e profissionais do sexo são executadas na rua a tiro, ao mesmo, são vitimadas também por espancamento, pauladas e pedradas.

Dos 445 sujeitos vitimados, 194 eram gays, 191 Travestis, transexuais ou transgêneros, 43 lésbicas, 5 bissexuais e, por fim, 12 héteros que foram confundidos com LGBTQI e, por esse fato, foram assassinados violentamente.

Na categoria gay foram incluídos homossexuais masculinos, andróginos, drag queens, transformistas e crosdressers, posto que embora esses últimos adotassem esporadicamente performance do gênero feminino, manifestavam identidade e eram socialmente reconhecidos como homossexuais. (GRUPO GAY DA BAHIA, 2017, p. 17).

Ressaltamos ainda, que toda a construção dos relatórios é feita de forma colaborativa, isto é, só se tornou possível a partir da contribuição de diferentes movimentos sociais, instituições e organizações não governamentais que enviam as notícias relacionadas aos crimes de ódio para a organização. Durante toda a construção dos dados que ultrapassam duas décadas, a rigorosidade metodológica foi sendo refinada ano após ano, adotando novas informações como local do crime, identidade de gênero, orientação sexual, causa mortis, cor, profissão, etc.

Mapa 01. Número de mortes motivadas pela lesbo-homo-bi-transfobia por Estado em 2017



Fonte: Grupo Gay da Bahia
Org: O autor, 2020.

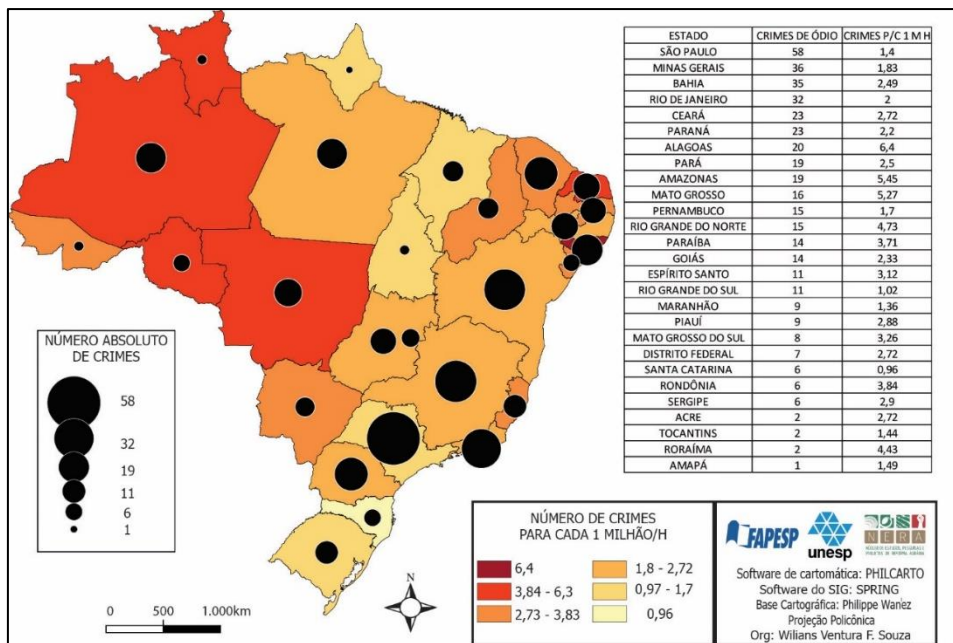
O número de crimes no ano de 2017 foi exorbitante, evidenciando a materialização da violência contra a comunidade LGBT. A partir da junção dos dados e do respectivo tratamento, evidenciamos que a região mais violenta no ano de 2017 fora a região Norte com 3,23 crimes para cada 1 milhão de habitantes, seguido da região Centro-Oeste com 2,71 crimes por milhão, Nordeste com 2,58 crimes por milhão, Sudeste com 2,33 crimes por milhão e, por fim, a região Sul com 1,52 crimes de ódio para cada milhão de habitantes.

Como exposto no mapa 1, os estados que concentraram os maiores números de crimes foram: São Paulo com 59 crimes de ódio, Minas Gerais com 43 crimes de ódio, Bahia

com 35 crimes, Ceará com 30 crimes de ódio e, por fim, o Rio de Janeiro com 29 crimes de ódio.

Realizarmos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, o estado do Acre é o mais violento com 9,51 crimes para cada 1 milhão de habitantes, seguido de Alagoas com 7,37 crimes para cada milhão, Roraima com 6,65 crimes, Amazonas com 5,16 crimes e, por fim, Mato Grosso com 4,94 crimes.

Mapa 02. Número de mortes motivadas pela lesbo-homo-bi-transfobia por Estado em 2018



Fonte: Grupo Gay da Bahia
Org: O autor, 2020

No ano de 2018 foram mortos segundo o Grupo Gay da Bahia 420 LGBTs, vítimas da lesbo-homo-bi-transfobia. 320 dos casos foram homicídios (76%) e, em 100 dos casos, a motivação da morte foi o suicídio (24%) segundo os dados levantados pelo grupo.

Os números evidenciam que a cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida no Brasil, o que coloca o Brasil novamente como o país que mais mata LGBT no mundo.

Como se repete desde que a organização iniciou a divulgação dos relatórios em 1980, em relação aos dados absolutos predominaram no ano de 2018 as mortes de 191 gays, seguido de 164 trans, 52 lésbicas, 8 bissexuais e 5 heterossexuais.

Como exposto no mapa 2, os estados que concentraram o maior número de crimes foram: São Paulo com 58 crimes de ódio, seguido de Minas Gerais com 36 crimes, Bahia com 35 crimes, Rio de Janeiro com 32 crimes e, por fim, o Ceará com 23 crimes de ódio.

Realizamos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, o estado de Alagoas se apresenta como o estado mais violento com o número de 6,4 crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, seguido do Amazonas com 5,45 crimes de ódio para cada milhão, Mato Grosso com 5,27 crimes, Rio Grande do Norte com 4,73 crimes para cada milhão e, por fim, Roraima com 4,43 crimes.

Os números evidenciam, portanto, um processo comum de violação e terror em torno do corpo LGBT. Tanto em 2017 como em 2018 os estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, ocuparam respectivamente a primeira, segunda e terceira posição no que se refere ao número absoluto de crimes. Esses estados assumem a liderança da violência contra a população LGBT no que se refere aos dados absolutos.

Os números também mostram que em dados relativos, isto é, para cada um milhão de habitantes os estados do Nordeste como Alagoas e Norte com Acre e Roraima, ocupam sempre uma posição elevada e de destaque no que tange o número de crimes para cada 1 milhão de habitantes.

A partir da espacialização do número de mortes no ano de 2017 e 2018, podemos evidenciar as diferentes marcas do estigma e da marginalização que esses sujeitos carregam a partir da violência direcionada aos seus corpos. Explicitamos, neste tópico de forma sistemática o número dos dados a partir da espacialização dos dados, no entanto, é imprescindível a conexão que estabelecemos anteriormente através da abordagem socioespacial e socioterritorial como uma resposta a esses processos de violação.

Fernandes (2005), ressalta de forma segura e expressiva, a definição do filósofo francês Henri Lefebvre sobre espaço ao dizer que o espaço social é a materialização da existência humana é, portanto, compreendido como uma dimensão do real, daquilo que vivenciamos através de diferentes experimentações nas mais heterogêneas escalas, até mesmo na escala do corpo.

Ao direcionarmos-nos para a leitura dos movimentos socioespaciais representados pelas organizações e coletivos LGBTs, caminhamos também para uma leitura e compreensão geográfica do que é espaço e território, categorias tão caras e importantes no/para o

desenvolvimento da ciência geográfica, como também das leituras nas mais diferentes realidades, sobre os mais diferentes movimentos.

Conclusão

O presente artigo, se constitui como um pontapé importante para identificarmos, sobretudo, no campo da atuação científica, os aspectos que circundam as atuações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais a partir da leitura realizada por Fernandes (2005; 2012), principalmente com relação ao Movimento LGBT, o que essas ações provocam, modificam e alteram nas plurais dinâmicas, na relação entre corpo e cidade, entre normas e existências que as subvertem, entre o considerado “normal” e o “anormal”, entre o “corpo sadio” e o “corpo doente”, entre os sujeitos que acessam os mais variados espaços da cidade, e os sujeitos que não podem sair de casa a luz do dia, entre aqueles sujeitos que acessam a saúde, a educação, o trabalho, a cultura, etc., e aqueles que não acessam nada disso, esses corpos podem ser identificados, percebidos e lidos a partir de diferentes autoras/es como Zamboni (2016), Silveira (2018), Ribeiro (2016), Pérez (2013) e Louro (2000).

Quando colorimos a história do Movimento LGBT brasileiro, tínhamos por objetivo, trazer a discussão socioespacial/socioterritorial para dentro desse processo construtivo, isto é, corpo-cidade ou cidade-corpo. E, quando trouxemos os momentos marcantes dessa história, pudemos constatar que os sujeitos se organizaram em Movimentos Sociais e, até mesmo em esferas ou redes de sociabilidade com o principal objetivo de lutarem contra as diferentes formas de opressão.

Como expressam Souza e Feliciano (2019) o surgimento do Movimento LGBT brasileiro, marcado por um constante enfrentamento as normas vigentes, ao exercício e a prática da Lesbo-Homo-Bi-Transfobia, que fere diariamente os corpos dos sujeitos LGBTs, que fere a dignidade, mas, sobretudo, a identidade desses corpos, se faz presente em todos os espaços em que esses corpos contra-heterormativos estão.

Referências

BARBOSA, A. C. S. As trans-formações dos corpos travestis e o espaço escolar: uma leitura que não cabe no masculino e feminino. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2017. p. 67-83.

CAMAROTTI, Renata. **A trajetória do Movimento LGBT: a luta por reconhecimento e cidadania no contexto brasileiro e baiano.** 2009, 154 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação do departamento de ciências sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

COLETTO, Luiz Henrique. **O movimento LGBT e a mídia: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, 278p.

COSTA, B. P. da. As microterritorialidades nas cidades: reflexões sobre as convivências homoafetivas e/ou homoeróticas. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p. 257-271, jul/dez. 2012.

COSTA, B. P. da. **Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade.** 2007. 362 f. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

EFREM F. R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cad. Pagu [online]**. 2016, n.46, pp.311-340.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: **CLACSO**, 2005.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Ed. Especial. São Paulo: **Revista NERA**, 2012. p. 07-17.

FACCHINI, R. **“Sopa de Letrinhas”?** – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas, 2002.

FILHO, J. S; SILVA, H. M. da; ORIGUÉLA, C. F. Ocupações de terra no Brasil, São Paulo e Pontal do Paranapanema (1988-2011). **Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento.** São Paulo: Outras expressões, 2014. 69-100.

GOHN, M. da G.. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 2007.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2017: Assassinatos de LGBT no Brasil em 2017.** Disponível em: <<http://https://grupogaydabahia.com.br/2017/01/24/relatório-de-2017/>>. Acesso em: 31 abr. 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2018: Assassinatos de LGBT no Brasil em 2018.** Disponível em: <<http://https://grupogaydabahia.com.br/2017/01/24/relatório-de-2018/>>. Acesso em: 31 abr. 2019.

LOURO, G. L. **Pedagogias da Sexualidade.** O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2000, p. 7-34.

MACRAE, E. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULÁLIO, A. et al. **Caminhos Cruzados.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

MOLINA, L. P. P. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Revista Antíteses**, v. 4, n. 8, p. 949-962, jul/dez, 2011.

NOGUEIRA, L; HILÁRIO, E; PAZ, T. T; MARRO, K. (orgs.) **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 320p.

ORNAT, M. J. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – Paraná.** Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. 160 f.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PEDON, N. R.; DALPÉRIO, L. C. A contribuição da abordagem socioterritorial à pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais. **Dataluta**: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras expressões, 2014. 39-68.

PEDROSO, M. F.; GUIMARÃES, R. B. Marcas do HIV/AIDS em Corpos Jovens: Rupturas e Ressignificações no Espaço Urbano. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 2350, 2017.

PÉREZ - CHABANEAU –LUCÍA, **Corpos políticos e identidades performativas. Uma análise do conceito de corpo a partir dos protestos de rua do movimento feminista e do movimento da diversidade sexual no Uruguai**. Brasil, 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

RIBEIRO, M. A. Geografias malditas, malditas geografias? a discussão de gênero e sexualidade no mundo, segundo diferentes pontos de vista. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Geografias feministas e das sexualidades**: encontros e diferenças. Ponta Grossa: Toda palavra, 2016. p. 9-13.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, M. T. **Vivencias de sujetos em processos transexualizadores y sus relaciones com el espacio urbano de Santiago de Chile**. Dissertação (Mestrado em geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2012. 354 f.

SILVEIRA, Drielly Teixeira Lopes. **SOB O SIGNO DA SEREIA**: a feminilidade na experiência de mulheres trans deficientes. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Araraquara, 2018.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. (Org.) **Geografias feministas e das sexualidades**: encontros e diferenças. Ponta Grossa: Toda palavra, 2016. p. 13-31

SILVA, M. J.; FERREIRA, E. Abordagens corporizadas: gênero, sexualidades e tecnologias. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2017. p. 31-45.

SOUZA, W. V. F.; FELICIANO, C. A. Que movimento é esse: uma leitura histórica e socioespacial do movimento LGBT de Presidente Prudente/SP. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 136-165, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6990.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTOS, M. (Org.) **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ZAMBONI, Jésio. **Educação Bicha: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2016.

Sobre os autores – Informações prestadas pelos autores

Wilians Ventura Ferreira Souza

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP campus de Presidente Prudente. Estagiário do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.

Carlos Alberto Feliciano

Pesquisador III da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista - UNESP. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Agroecologia do Pontal do Paranapanema- NEAPO. Pesquisador Associado de Projeto Temático da FAPESP.

Como citar esse artigo

SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; FELICIANO, Carlos Alberto. Mapeamento dos crimes de ódio contra LGBTs: uma leitura socioespacial da violência entre os anos de 2017 e 2018. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 121-140, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7283

Recebido em: 29-07-2019

Aceito em: 24-01-2020